



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Ata da Audiência Pública sobre o “Plano Estadual de Resíduos Sólidos”, de responsabilidade da CPLA/SMA - Coordenadoria de Planejamento Ambiental da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, realizada no dia 31 de julho de 2014, às 17 horas no Auditório da Faculdade de Direito da USP, campus Ribeirão Preto, Ribeirão Preto/SP.

Realizou-se no dia 31 de julho de 2014, às 17 horas no Auditório da Faculdade de Direito da USP, na Avenida dos Bandeirantes nº 3.900, Ribeirão Preto/SP., a Audiência Pública sobre o “Plano Estadual de Resíduos Sólidos”, de responsabilidade da CPLA/SMA – Coordenadoria de Planejamento Ambiental da Secretaria de Estado do Meio Ambiente. Dando início aos trabalhos, o Secretário-Executivo **Germano Seara Filho** declarou que, em nome do Secretário de Estado do Meio Ambiente e Presidente do CONSEMA, Rubens Naman Rizek Júnior, saudava e dava boas-vindas aos representantes do Poder Executivo – nas pessoas dos Excelentíssimos Senhores Prefeitos dos Municípios de Taquaral e Patrocínio Paulista, Laércio Vicente Scaramal e Marco Antonio Ferreira, respectivamente; do Secretário de Meio Ambiente do Município de Jardinópolis, Genésio A. de Paula e Silva; do Diretor do Departamento de Resíduos Sólidos da Prefeitura do Município de Sertãozinho, Carlos Roberto Salviano Gomes; do Diretor do Departamento de Arquitetura, Urbanismo e Meio Ambiente do Município de Patrocínio Paulista, Rafael Koiti Kanasawa; e do Diretor do Departamento de Habitação da Prefeitura do Município de Patrocínio Paulista, Wolf de Oliveira Santos; do Diretor do Departamento de Meio Ambiente da Prefeitura de Aramina, Rodrigo Leandro Julião; do Diretor do Departamento de Meio Ambiente da Prefeitura do Município de Casa Branca, João Batista Cossulin; Gerente da Agência Ambiental de Jaboticabal, Amauri da Silva Moreira; Gerente da Agência Ambiental de Ribeirão Preto, Marco Antonio Sanches Artuzo; Capitão Fraga vinculado à Polícia Militar Ambiental do Estado de São Paulo; Diretor do Departamento de Educação da Prefeitura do Município de Aramina, Nelson Scandiuizzi; do Poder Legislativo – nas pessoas dos Ilustríssimos Senhores Antônio Benedito Ferreira e Rogério Mendes, Vereadores do Município de Casa Branca Poder Legislativo; – dos órgãos públicos, de instituições da sociedade civil, das entidades ambientalistas, de conselhos estaduais e municipais de meio ambiente, enfim a todos que compareceram a essa audiência pública sobre o “Plano Estadual de Resíduos Sólidos”, de responsabilidade da CPLA/SMA - Coordenadoria de Planejamento Ambiental da Secretaria de Estado do Meio Ambiente. Declarou ainda que a audiência pública, como indica o próprio nome, é um evento aberto a qualquer interessado, dado que se pretende sempre democrático, e em cujo desenrolar determinada proposta ou projeto é apresentado a todos para que opinem, formulem indagações, ofereçam contribuições, sugestões e críticas e tudo o que possa contribuir para a melhoria dos estudos, projetos ou proposta apresentadas. Esclareceu também que seu papel nas audiências é completamente isento, e sua função, tão somente conduzir os trabalhos de forma totalmente neutra para garantir que aqueles que tenham algo a dizer possam fazê-lo de forma democrática e organizada. Expôs resumidamente as normas estabelecidas pela Deliberação CONSEMA NORMATIVA 01/2011 para a condução das audiências públicas e declarou que o CONSEMA previu que elas se desdobrem em três momentos ou partes. Esclareceu que na primeira parte tem lugar a apresentação, pelo empreendedor ou seu representante, do projeto ou proposta, e, em seguida, uma exposição detalhada dos estudos ambientais elaborados sobre eles. Explicou que, imediatamente após, fariam uso da palavra aqueles que representam as organizações da sociedade civil, com direito cada um deles a até cinco minutos, seguidos por cidadãos que representam o Poder Executivo, e, em seguida, daqueles que representam o Poder Legislativo. Noticiou que a Mesa Diretora de Trabalhos era composta por ele, Secretário-Executivo do CONSEMA, pela coordenadora da Coordenadoria de Planejamento Ambiental, Zuleica Maria de Lisboa Peres, e por dois representantes do CONSEMA – mas que, até o momento só havia comparecido um deles, o engº civil Jorge Hamada, representante da UNESP *campus* Bauru, a quem convidava para compor a Mesa de Trabalho. A coordenadora **Zuleica Maria de Lisboa Peres** declarou, inicialmente, ter o

Página 1 de 6



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

documento em discussão sido idealizado pela Comissão Estadual de Resíduos Sólidos, que coordenou seu processo de elaboração, é composta pela SMA e pelas Secretarias de Saneamento, Saúde, Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento, e que, por mais de setenta vezes, se reuniu no decorrer de quase um ano e meio, convidando, sempre que necessário e com vistas ao aprimoramento do documento, órgãos e entidades, como o Centro de Estudos e Pesquisas da Administração Municipal–CEPAM e a Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano SA – EEMPLASA. Em seguida o **Biólogo André Luiz Fernandes Simas**, Diretor Técnico do Centro de Projetos da Coordenadoria de Planejamento Ambiental/SMA, passou a apresentar, em detalhes, o Plano Estadual de Resíduos Sólidos. Concluída a exposição, passou-se à etapa em que se manifestam os representantes da sociedade civil. **Paulo Henrique Belingeri**, integrante do Escritório de Projetos Reusa, declarou que faria perguntas/sugestões e iniciou sua intervenção noticiando que o artigo 29, inciso 3 da Lei Estadual 12.300, de 2006, que institui a Política Estadual de Resíduos Sólidos, prevê que o Estado de São Paulo deve, nos limites de sua competência e atribuições, estimular os Municípios a atingirem a sustentação econômica dos seus sistemas de limpeza urbana mediante a criação e implantação de mecanismos de cobrança e arrecadação compatíveis com a capacidade de pagamento da população. Indagou como o Estado pretende contribuir para tanto, independentemente da proposta de regionalização que o documento em tela apresenta, que é de médio e longo prazos. Outra pergunta/sugestão, acrescentou, diz respeito ao conteúdo do capítulo “Diretrizes, Metas e Ações – Volume 12, Versão Preliminar do Plano” –, que tanto prescreve, em seu item B, que se aprimore a gestão dos resíduos sólidos no Estado de São Paulo como estabelece, dentre outras, as metas, se promova a associação dos municípios em arranjos regionais com vistas à otimização da gestão de resíduos sólidos urbanos. Incluiu, entre as ações relacionadas com o atingimento dessa meta, aquela que determina sejam oferecidos serviços de tratamento e destinação final de resíduos sólidos urbanos por meio da SABESP e da EMAE nos Municípios que dispuserem de sistemas de cobrança específicos e se associam a arranjos intermunicipais que disponham a conceder serviços por meio de contrato de programas ou concessões. Indagou também sobre o papel da CETESB no que tange à aplicação do plano, uma vez que a companhia possui limitação natural de estrutura. Solicitou que, se possível, essa questão seja mais bem detalhada na versão final do plano. Igualmente chamou atenção para um aspecto que diz respeito diretamente à pergunta que a diretriz 3.7 formula, ao tratar do aprimoramento da gestão de resíduos recicláveis secos do Estado e dispostos em aterros com base na caracterização nacional formulada em 2013. Indagou se a CETESB se responsabiliza sobre a implementação da proposta de redução de geração a partir de 2019 e como ela a monitoraria. Formulou questionamentos sobre o aumento do volume de recursos a serem repassados via FEHIDRO e FECOP, comentado na versão preliminar do plano e contemplado em dotação orçamentária. Por último indagou, se os compromissos admitidos pelo Plano Estadual de Resíduos Sólidos serão objeto da aplicação do projeto de lei em discussão e se tramitará ainda no atual Governo. Como mais nenhuma pessoa havia-se inscrito, o Secretário-Executivo concedeu a palavra a **Marcos Ferreira**, Prefeito do Município de Patrocínio Paulista – que integra a Região Administrativa de Franca –, que fez comentários, não como técnico, mas, sim, como político, sobre os encaminhamentos que, na condição de presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica de Sapucaí-Mirim Grande, propôs e implementou, entre os quais aquele que diz respeito à destinação de recursos para implementação de planos de gestão de resíduos sólidos na UGRHI 08, com resultados que beneficiarão três cidades, entre as quais Itirapuã. Referiu-se, também, à audiência pública realizada em Franca, que constitui excelente oportunidade para se discutir a possibilidade de serem inseridos no orçamento geral do Estado os recursos destinados às pequenas usinas. Reconheceu as dificuldades inerentes à constituição de consórcios, pela singularidade de sua estrutura jurídica, que é de difícil amarração, e passou a relatar que o Município de Patrocínio Paulista já elaborou seu plano, cumprindo, assim, exigência estabelecida pelo primeiro ato administrativo de sua autoria, como prefeito, e que se transformou em lei ao ser aprovado pela Casa Legislativa do Município. Lamentou



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

a ausência de outros prefeitos na audiência, por ser ela uma oportunidade de engajamento nesse trabalho. Referiu-se também às dificuldades que se enfrenta no processo de implementação de planos dessa natureza, entre elas a exigência de pontuação, que é a contrapartida para obtenção dos recursos necessários para implementação do plano. **Carlos Roberto** igualmente solicitou que lhe fosse concedida a palavra, solicitação esta que, atendida, permitiu que o manifestante fornecesse seus dados pessoais – entre outros, que se formara em gestão ambiental pela Universidade Federal de São Carlos–UFSC e que era intrépido militante na área de gestão de resíduos da Prefeitura do Município de Sertãozinho, cuja complexidade, tanto no que concerne ao resíduo industrial como àquele oriundo da construção civil, reconheceu. Comentou que se vinha adotando muitas políticas, embora se fizesse necessária a implementação de ações mais efetivas, por exemplo, no contexto da coleta seletiva, uma vez que não existem recursos disponíveis para construção de barracão e para realização de atividades com interface com a educação ambiental. Propôs se elabore um projeto em módulo e igual para todas as cidades e que se inicie uma atividade comum de divulgação das atividades que os Municípios estão protagonizando, e que, começando pela coleta seletiva, tenha em mira à reutilização dos resíduos da construção civil no calçamento das estradas. Reiterou que, com vistas à implementação de uma política efetiva, se tinha de levar em conta os problemas existentes e sua relação com ela. Imediatamente após a intervenção de Carlos Roberto, **Marcos Vinicius** – vinculado à SMA/CETESB e que exerce a função de Secretário-Executivo do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Mogi-Guaçu – declarou que vem acompanhando a elaboração desse projeto e participou de algumas oficinas regionais, oportunidade em que pôde testemunhar a dedicação com que os técnicos da CPLA se debruçam sobre os planos municipais – ao todo, trezentos e quarenta e oito planos que foram analisados e discutidos um por um. Definiu-se como filho de uma turma que entrou no Governo com a compreensão de que tinha de cutucar de cima para baixo e de baixo para cima, pois, caso contrário, não aconteceria a intersecção que ora testemunhava e que era fundamental. Definiu-se, também, como um incorrigível otimista, postura esta que se fortaleceu com o testemunho de que, quando ingressou no Estado por volta de 1997, seu mapa era pontuado de vermelho e, aos poucos, foi-se tornando “verdinho”. Referiu que o conceito de saneamento básico atualmente era mais abrangente, uma vez que sua legislação o definia contendo os seguintes componentes: tratamento de água e de esgoto; drenagem urbana; resíduos sólidos e domésticos e logística reversa. Conclamou todos a envolver a sociedade inteira na perspectiva de reforçar o SANEBASE e o FEHIDRO. Referiu-se, por último, à responsabilidade do comitê de bacia no trabalho de incorporação do terceiro plano diretor. Outro participante que solicitou lhe fosse dada a oportunidade de ofertar alguns comentários foi **Rubens**, que declarou possuir formação em ciências sociais e geografia e ter depositado, na semana anterior, sua dissertação de mestrado relacionada com a Política Nacional de Resíduos Sólidos e seu processo de implementação no Município de Ribeirão Preto. Enfatizou que, a partir de uma análise mais detalhada sobre a logística reversa, observou a ocorrência, em seu âmbito, da retirada de responsabilidade por parte dos produtores, comerciantes e importadores. Referiu-se à hierarquia existente entre os planos intermunicipal e setorial e destacou aquilo que chamou de “ponto-chave” da Política Nacional de Resíduos Sólidos, que é a inserção social dos catadores e das cooperativas que se propõem a retirar seres humanos da condição de miséria e pobreza extremas. Referiu-se, também, à disposição final dos resíduos e à ênfase dada à redução de sua geração pela Política Nacional de Resíduos Sólidos. De modo geral, acrescentou, ocorre tão somente uma ampliação da produção e comercialização dos produtos. **Fernando Catanante** declarou que era Diretor-Presidente de uma organização não governamental que funciona em Sertãozinho e que se chama Natureza Viva, que trabalha seriamente com os resíduos sólidos. Declarou que aquilo que essa entidade realmente pretende é levar a informação para a sociedade, mas que o Governo do Estado não contribuía para essa divulgação, embora venha a se constituir no futuro uma catástrofe o fato de atualmente o cidadão não receber informação, o que se constata ao se chegar em uma escola pública para fazer uma palestra e não ocorrer qualquer troca. Elogiou os técnicos da CETESB pelo



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

bom trabalho que realizam na região, pois “pegam no pé” dos empresários, “pegam no pé da população”. Lembrou que estavam presentes nessa audiência três representantes dessa entidade não governamental, que, como ele, a representavam e que, também, como ele, tinham o compromisso de fazer chegar ao cidadão a informação básica de que ele tem de fazer a coleta seletiva, de que ele tem de gerar menos resíduos e de que ele tem de consumir menos. Outro manifestante declarou inicialmente que se chamava **Márcio** e que exercia a função de Secretário da Agricultura e do Meio Ambiente do Município de Mogi Guaçu e de participante do Comitê de Bacias do Rio Mogi-Guaçu. Declarou que estava se finalizando o plano de gestão integrada do Município de Mogi Guaçu, e que, em relação à logística reversa tal como definida pela política nacional, constitui premissa importante dentro da gestão dos resíduos, embora aos Municípios seja legado um grande problema, qual seja, um contingente de utensílios e equipamentos abandonados pelas mesmas empresas que estimulam o consumo desses produtos. Declarou que possui expectativa de que o Governo do Estado proponha medidas que auxiliem os Municípios a fazerem a gestão desse problema, para que às prefeituras não seja legado apenas o ônus de dar cabo dessa situação. A coordenadora **Zuleica Maria de Lisboa Perez** passou a ofertar uma série de informações sobre algumas questões abordadas, entre as o pacto do prefeito com a sociedade; a abertura que a SABESP concede para realização do trabalho com os resíduos sólidos, chegando a promover, para tanto, mudança estatutária da EMAE, uma vez que até esta empresa não se encontra estruturada para tanto; sobre o monitoramento da aplicação do plano, que, com certeza, contará com a *expertise* da CETESB, e com a ajuda das Secretarias de Estado da Saúde, da Agricultura e Abastecimento e da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, esta última na condição de gestora e responsável pelo plano; sobre os recursos, argumentando que se contava com aqueles oriundos do FECOP e do FEHIDRO; sobre a perspectiva estrutural de crescimento do plano; sobre os recursos que o Governador Mário Covas liberou em 1999 para serem utilizados na construção de aterros em vala e de galpões por duzentos e noventa e oito municípios do Estado de São Paulo; sobre os recursos igualmente liberados a cento e oitenta municípios para aquisição de quase duzentos caminhões, tanto compactadores como aqueles adequados à coleta seletiva; sobre a impossibilidade de o Município que não possui plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos obter recursos dos governos federal e estadual; sobre a importância da participação na Comissão Estadual da Secretaria de Estado das Secretarias de Estado da Agricultura e Abastecimento e do Meio Ambiente e da Energia; sobre o processo de regionalização que deve ter como base os dados ofertados pelos Município e ser gerido pelo gestor municipal, que deve ter a preocupação de contar, na realização dessa tarefa, com os dados contidos no cadastro das cooperativas da região onde elas se localizam. Chamou atenção para a necessidade de se divulgar as informações obtidas com o gestor municipal acerca das experiências municipais bem-sucedidas, por ser justamente nesse contexto que eles revelam a prioridade que deve ser dada, em primeiro lugar, aos aterros regionais; em segundo lugar, aos resíduos da construção civil, e, em terceiro lugar, à coleta seletiva. Chamou atenção também para a importância das legislações estadual e federal ao manifestar claramente que o resíduo deixou de ser um problema exclusivo do gestor municipal, na medida em que diz respeito também à indústria e, conseqüentemente, à sociedade, ou seja, não basta o plano ser aprovado, pois é preciso também que a sociedade dele se assenhore, ou seja, ajuste seu comportamento aos avanços e metas obtidas que promoveram e continuam promovendo mudanças de qualidade na sociedade. Noticiou que, no dia seguinte, seria realizado um encontro na região de Ourinhos – envolvendo os Municípios de Araraquara, Sorocaba e Presidente Prudente – num encontro promovido pelo Movimento Nacional de Catadores. Referiu-se à postura adotada pelo Ministério Público que impôs à CESP a construção de um galpão para coleta seletiva com condições de atender cinquenta e sete municípios, o que levou à parceria com o *campus* da UNESP de Presidente Prudente, que impôs, como contrapartida, a elaboração do plano municipal desses Municípios. Prosseguindo, a coordenadora **Zuleica Maria de Lisboa Perez** ofereceu informações sobre o movimento e convocou todos a dele participarem. Ofereceu informações também sobre a



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

definição do rejeito, sua disposição final e as metas a serem alcançadas. Teceu comentários também sobre as medidas sugeridas pelo plano no que tange à redução da geração e o contraponto que elas estabelecem ao consumismo. Lembrou que a Política Nacional de Resíduos Sólidos estabelece que, a partir do dia 02 de agosto de 2014, não existirão lixões. Chamou atenção também para a especificidade do Estado de São Paulo no que tange à legislação ambiental, que impulsiona o avanço, embora não o torne imune aos retrocessos, e ofereceu breve relato sobre sua experiência como responsável pela Coordenadoria de Educação Ambiental da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, onde pilotou teve a oportunidade de “pilotar” projetos específicos, entre outros sobre resíduos e logística reversa. Fez referências às mudanças havidas no âmbito do comportamento ligado ao consumo, como, por exemplo, em relação às embalagens, cuja destinação final passou a ser de responsabilidade do setor produtivo. Observou que, para os Municípios que não enviaram os seus planos já se sabe que a estratégia a ser adotada acontecerá por ocasião da renovação da licença, e que a coordenadoria continuará trabalhando com os resíduos oriundos da construção civil, precisamente com a etapa do SIGOR que diz respeito ao rastreamento, que já se encontram em funcionamento no Município de Santos. Reiterou que, diferentemente do segmento industrial tem enfrentado dificuldades com o segmento industrial, por traz dos quais existem os interlocutores que são os importadores. Definiu ser a sociedade civil a grande parceira do Estado e ser o FEHIDRO um importante organização no que concerne à concessão de recursos. Referiu-se ao projeto de educação ambiental em elaboração e ao fato de o plano ter sido construído com as Secretarias de Estado acima referidas, que fazem parte da Comissão Estadual e cujas atribuições emanam de sua própria competência. Esclareceu que o Plano Estadual de Resíduos Sólidos foi examinado precisamente quatro vezes por essa comissão repetidas vezes. Carlos Roberto expôs sua situação como gestor de cooperativa, cujo aprendizado começou em Bebedouro. **Carlos Roberto** ofereceu breve histórico sobre seu trabalho como gestor, que se iniciou nas cooperativas existentes nos Municípios de Bebedouro, Sertãozinho, Araraquara e outros e de onde algumas militantes saíram para participar do encontro que será realizado em Ourinhos. Declarou que o barracão é necessário e algumas outras ferramentas também, realmente, porque alguns municípios não têm estrutura, motivo por que solicita apoio algumas vezes de outros Municípios, como Pitangueiras, Pradópolis e Pontal, os quais na maioria das vezes solicita que se construa um local para armazenar os produtos evitando sua contaminação. A coordenadora **Zuleica Maria de Lisboa Perez** teceu comentários sobre a necessidade de se pactuar com os prefeitos que, muitas vezes, têm mais força que os técnicos e os Secretários de Estado, no sentido de contribuir para que o governador, tomando conhecimento da situação, adote medidas – entre outras, tal como procedeu a UNESP e o Ministério Público, fazer o inventário das ações que efetivamente podem contribuir para a eficácia do plano, tal como ocorreu no caso acima relatado sobre a aquisição de caminhões. Sugeriu que se poderia, nessa linha, obter mais recursos, utilizando, por exemplo, a estratégia de ajudar os Municípios a elaborarem projetos e enviá-los para o Governo Federal e para o Ministério de Meio Ambiente, com o intuito de obter mais recursos. **Carlos Roberto** observou ser esse o belo trabalho que o Governo do Estado de São Paulo vem realizando. A coordenadora **Zuleica Maria de Lisboa Lopez** reiterou que sentia muito prazer em conduzir a CPLA na realização desse trabalho do qual todos participantes se sentiam igualmente responsáveis. Declarou ainda que, apesar de realizar seu trabalho internamente na coordenadoria, ficamos à disposição, se for preciso, para aprimorar as propostas, sugestões e ideias apresentadas, de modo a torná-las adequadas para serem internalizadas pelo plano. Acrescentou que a expectativa que se tem com esse plano é contribuir para que a gestão municipal o execute, no máximo, em dois anos, ou seja, ainda no mandato dos atuais prefeitos. O **Secretário-Executivo** informou que, com base no registro proporcionado pela gravação, será elaborada uma ata da qual constará tudo o que foi dito e declarado, subsídios estes que, depois de examinados pela equipe técnica da CPLA e utilizados para a melhoria da versão final do plano, serão posteriormente publicados. Pontuou também anunciar que toda pessoa interessada terá o prazo de cinco dias úteis,

Página 5 de 6



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

contados a partir da data da audiência que será realizada em um dos auditórios da Assembleia Legislativa de São Paulo, para enviar à CETESB toda e qualquer contribuição que ainda queira ver juntada ao processo com a finalidade de aperfeiçoar a qualidade do plano. E, em nome do Secretário Adjunto, Respondendo pelo Expediente da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Presidente do CONSEMA, agradeceu a presença de todos, após o que declarou encerrados os trabalhos. Eu, **Paula Frassinete de Queiroz Siqueira**, diretora do Núcleo de Documentação e Consulta da Secretaria-Executiva do CONSEMA, lavrei e assino a presente ata.